

Tito Lívio e a construção do estrangeiro em sua *Ab Urb Condita Libri*

MARCO ANTONIO CORREA COLLARES

Mestre em História pela UNESP, Campus de Franca

marcollares@ibest.com.br

Resumo

A *Ab Urb Condita Libri* (Desde o Início da Cidade Livre) de Tito Lívio ressaltou a história de Roma desde suas origens, tratando também dos contatos dos integrantes da *Urbs* com os outros povos do mundo antigo. Segundo a historiografia especializada, tratar-se-ia de um monumento histórico de contemplação direcionado a indivíduos que conheciam os assuntos nela reportados: os próprios romanos. Em suas linhas, os demais povos foram descritos de duas formas distintas: por um lado, com características político-culturais semelhantes a aquelas encontradas na *Urbs*; por outro, como exemplos negativos a serem evitados pelos Concidadãos de Lívio. Representações essas que ora visavam ofuscar a riqueza e a diversidade do estrangeiro, ora diminuía-mo mediante a concepção de superioridade moral dos romanos sobre os demais povos conhecidos.

Palavras-Chaves: História; Representações; Tito Lívio; Narrativa.

A constituição de um monumento histórico de contemplação direcionado aos romanos

Os povos da antiguidade legaram uma variedade de textos sobre seu passado, culturas e sociedades, bem como sobre seus contatos com o outro, o estrangeiro. A narrativa histórica de Heródoto de Helicarnassos, por exemplo, é significativa como uma das mais ricas fontes historiográficas do mundo antigo a tratar do relacionamento entre povos e culturas distintas, no caso específico da obra, a relação entre gregos e bárbaros.

Logo no início de seu prefácio, o pai da história ressaltou seus objetivos pessoais, a pretensão de “evitar que as ações dos homens, tanto dos gregos quanto dos bárbaros fossem ignoradas pela posteridade”. Na opinião de Arnaldo Momigliano (1998, p. 184), o empreendimento narrativo de Heródoto compunha-se de três eixos principais: a análise etnográfica dos povos, a pesquisa constitucional das cidades e seus Impérios e a descrição de uma guerra em particular; os dois primeiros, constitutivos da explicação das causas nodais do respectivo conflito e suas conseqüências. Para François Hartog (2001, p. 5), Heródoto centrou seu relato na comparação entre duas culturas homogeneizadas, tratando dos bárbaros mediante um jogo de espelhos aos quais as práticas culturais dos gregos eram seu parâmetro

de referência, empreendimento esse que lhe permitiu valorizar a memória como objeto e como método de resgate do passado.

Como bem acentua Jeane Marie Gagnebin (1998, p. 219), “o poeta *aedo* arcaico cantava a glória dos heróis lendários, Heródoto narrava os feitos dos homens a partir da descrição de testemunhas oculares”, empreendimento esse que o levou a descrever sobre as Guerras Greco-Persas do início do século V a.C após ouvir relatos de indivíduos que lutaram pessoalmente em Maratona, Salamina e/ou Platéia (Cf. HARTOG, 2001, p. 45). A partir do esboço desse olhar antropológico, Heródoto não pretendeu relatar somente o que lhe era comum, a versão dos gregos sobre um evento específico de sua história recente, mas também a versão dos bárbaros, constituindo uma narrativa da diferença, da alteridade.

Essas breves conclusões sobre o empreendimento narrativo de Heródoto são levantadas aqui em razão de nos situarem diante da *Ab Urb Condita Libri* de Tito Lívio, historiador de final do século I a.C. Proveniente de Pádua (*Patavium*), cidade situada ao norte da península itálica, Lívio constituiu entre 29 a.C e 17 d.C, ano de sua morte, uma narrativa histórica sobre os feitos dos romanos desde as origens de sua *Urbs*, tratando de tempos remotos aos de seu próprio contexto. Tal como colocado por Lúcia Cutro (2001, p. 15), Lívio se distinguia de Heródoto no que tange o levantamento dos fatos sobre o passado, sendo uma espécie de “historiador de gabinete” a utilizar-se dos escritos de outros autores mais antigos para descrever eventos em torno de guerras e batalhas das quais jamais participou.

Influenciado pelo típico empreendimento historiográfico da Roma republicana, a chamada Tradição Analítica, o historiador paduano elaborou uma narrativa cronológica a partir dos textos de autores do porte de Cíncio Alimento, Fábio Pictor, Valério de Âncio, Licínio Macro, Claudio Quadrigário e Quinto Tuberão (RAAFLAUB, 2005; ANTIQUEIRA, 2008). Lívio também utilizou como referências as *Histórias* de Políbio, das *Origines* de Catão (Cf. BADIAN, 1966) e das monografias de Salústio que tratavam de eventos distantes daqueles vivenciados por seus autores, tal como demonstrado pela descrição salustiana da *Guerra de Jugurta*, ocorrida ao final do século II a.C. (Cf. SEBASTIANI, 2007, p. 80).

Historiadores contemporâneos como John Moles (1993; 1999), Gary Miles (1995) e Andrew Feldherr (1998) argumentam que o empreendimento historiográfico liviano seria o resultado de uma “monumentalização do passado”, uma forma segura de o autor conferir autoridade à obra, na medida em que a mesma era tida como um objeto de contemplação pública para indivíduos que conheciam os assuntos nela reportados: os cidadãos romanos.

Tal concepção vincula-se aos diferentes significados do termo latino, *monumenta* na época da constituição da narrativa, que poderia se referir a objetos criados intencionalmente, tais como obras públicas, túmulos e templos; a locais que sediaram guerras ou batalhas e que se constituíram em palcos de eventos marcantes na memória dos habitantes da *Urbs*, como muralhas, estradas, fortificações e/ou ruínas; e, por fim, à categoria do emprego utilizado por Lívio, como dos registros escritos, sentido usualmente dado pelos escritores de *Anais*, como se suas narrativas fossem parte integrante dos costumes ancestrais, o *mos maiorum* (Cf. WOODMAN, 1988, p. 13).

A *Ab Urb Condita* seria, portanto um monumento à vista de todos, à expressão de exemplos extraídos do passado, fossem eles positivos ou negativos. A narrativa apresentava-se como o próprio *locus* da observação pública, responsável pela emulação dos bons modelos de conduta, estando estritamente relacionada à aprendizagem moral dos cidadãos (Cf. MARQUES, 2008, p. 44-45). Concordamos, portanto, com Mary Jaeger (2000) quanto à utilização liviana do passado como uma paisagem visível aos próprios leitores, a execução de um trabalho de reconstrução da memória dos romanos sobre os feitos de seus antepassados. Nas palavras do paduano:

[6] Quais honras são contadas antes de a cidade ter sido fundada ou no ato de sua fundação mais com fábulas poéticas do que com monumentos incorruptos dos fatos, essas coisas não pretendo confirmar nem refutar. [7] Dá-se licença a antiguidade para que, misturando as coisas humanas às divinas, faça mais augustos os primórdios da cidade; e se a algum povo é lícito consagrar suas origens e remontar seus fundadores aos deuses, a glória militar do povo romano é tal que, ao citar Marte como pai e fundador, que todos os outros povos suportem com o mesmo ânimo com que suportam o Império.

[10] Sobretudo é salutar e frutífero no conhecimento dos fatos: que tu contemples todo o tipo de exemplos que são testemunhos dispostos sob a clara luz da obra (*monumenta*). Nela se encontra para o teu benefício e o da República, o que ser imitado, bem como coisas indignas na sua origem e em seu fim, que debes evitar.

O emprego da segunda pessoa ao final do excerto evidencia para quem se destinaria o texto: para indivíduos que reconheciam os costumes ancestrais como parte integrante de uma origem comum e que deveriam contemplar os exemplos positivos dessa história em benefício da República. Além disso, se atentarmos para os escritos originais em latim ao qual Lívio chama esses mesmos leitores para [10] “contemplar todo tipo de exemplos testemunhados na obra”, observaremos que, ao lado do substantivo *monumenta*, encontram-se os termos *intueri* e *inlustrari*. Segundo Feldherr (1998, p. 1-2) o primeiro termo pode ser traduzido por “olhar sobre”, o segundo, significando “algo transparente e luminoso”. Assim, a *Ab Urb Condita*

seria o centro de uma imagem clara e transparente, possuidora de alguma forma de exatidão específica, caracterizada pelo conjunto [6] *in corrupta monumenta* do início do enunciado.

Em outras palavras, como um monumento incorrupto de contemplação, a obra seria um objeto coerente e visível aos leitores, nas palavras de Miles (1995, p. 17), “um monumento público semelhante às obras arquitetônicas dispostas no interior das muralhas de Roma”. Mesmo assim, a exatidão do passado não estava, nem na observação direta dos eventos pregressos, nem mesmo nos relatos de testemunhas oculares, nos moldes de Heródoto, mas na evocação daquilo que Lívio considerava serem os sentimentos genuínos dos romanos acerca de seu passado. (JAEGER, 2000, p. 55). Como bem ressaltou Pedro Paulo Funari (2003, p. 16-17), o historiador não pretendia relatar os tempos antigos de acordo com a fidelidade de suas fontes de informação, mas sim explicá-los frente às demandas e questionamentos inscritos em seu próprio contexto histórico.

No mesmo excerto elencado acima encontramos as palavras que referendam a concepção desta monumentalização do passado com vias a atender aos anseios, as expectativas e mesmo as crenças difundidas no tempo histórico de Lívio. Ao enunciar que [7] “deveria dar-se licença para que os romanos fizessem mais augustos os primórdios de sua cidade, arrogando-se o direito de se considerarem filhos de Marte”, o historiador estava a articular uma representação do que considerava ser a visão dos romanos acerca de suas próprias origens.

Tratava-se de uma representação eminentemente coerente aos olhos de Lívio, a julgar a formação e consolidação do Império Romano. Não lhe importava a historicidade do evento em seu respectivo tempo, qualquer defesa relacionada à veracidade literal (*veritas*) da tradicional estória do estupro da vestal Réa Sílvia pelo deus Marte. Enquanto fábulas do passado longínquo, tais representações eram obscuras e pouco seguras na percepção de Lívio, tornando-se coerentes somente diante dos sentimentos dos leitores, visto que Roma havia se tornado um Império. A valorização dessa perspectiva tornava a estória de Marte eminentemente verossímil (*veri similis*) no contexto liviano, o que não significa que os relatos fossem considerados verdadeiros. Como bem expressara o próprio historiador ao final do enunciado, [7] “que os demais povos do mundo suportem tais crenças com o mesmo ânimo com que suportam o Império”.

As palavras do paduano estavam em comunhão com os ensinamentos da retórica ciceroniana inscritas em sua *De Oratore*. Segundo o famoso orador do século I a.C, o empreendimento da história seria semelhante aos discursos dos juristas e magistrados no

Fórum, com sua capacidade de conceder um grau seguro de verossimilhança aos eventos relatados (SEBASTIANI, 2007, p. 82). Afinal, era função dos retóricos direcionarem as opiniões alheias, esculpírem, pela ornamentação das palavras, espetáculos que pudessem gerar sentimentos genuínos no público, demonstrando por analogia um conjunto de cenas coerentes e conhecidas (VASALY, 1993, p. 88-104). Não podemos esquecer que tal empreendimento foi parte integrante dos movimentos praticados pelos gregos desde o século IV a.C., o que pode ser exemplificado pelo termo *enargeia* (*demonstratio* em latim) – a demonstração de espetáculos com vias a gerar sentimentos genuínos em uma platéia, no intuito de conquistá-la (Cf. FELDHERR, 1998, p. 4).

Influenciado pela retórica, Lívio pretendia utilizar-se do passado para conquistar a atenção de seus leitores. Como nos informa Jacques Poucet (1987, p. 69-85) o autor imprimira uma espécie de suspensão de julgamento quanto aos fatos daquele passado mais remoto da *Urbs*, preocupando-se principalmente com as desordens ocasionadas pelas ações dos homens no devir, aparentemente efêmeras diante das constantes intervenções dos deuses e do destino, mas potencialmente relevantes no complexo processo de transformações das cidades-Estados e seus Impérios (Cf. DUCOS, 1987, p. 132). Em outras palavras, Lívio constituiu uma narrativa para servir de exemplo, um relato incorrupto a seus olhos diante do aval conferido pelos leitores, aquilo que acreditava ser a visão dos romanos sobre os eventos pregressos.

A *Ab Urb Condita* enquanto um monumento público de contemplação possuía objetivos distintos daqueles conferidos por Heródoto em seu prefácio, no caso do autor grego, destinada ao conhecimento dos fatos e dos feitos dos povos, fossem gregos ou bárbaros. Diferentemente do “pai da história”, Lívio preocupava-se em demarcar aos romanos apenas os feitos de seus antepassados, constituindo uma escrita eminentemente patriótica associada à evocação de uma perspectiva positiva de futuro via emulação dos bons exemplos do passado da *Urbs* (FERRERO, 1970, p. 43).

A construção do estrangeiro na *monumenta liviana*

A *monumenta liviana* munida de traços retóricos tratou indiretamente do elemento estrangeiro, mais especificamente, daqueles povos que na guerra ou na paz entraram em contado com os romanos ao longo da história. Num primeiro movimento da construção do outro na *Ab Urb Condita*, nós observamos uma espécie de projeção de aspectos político-culturais de Roma nos povos, nações e comunidades do mundo antigo. Nesse sentido, a obra não seria o resultado da escrita de um autor que se utilizara de elementos da cultura romana

como parâmetro para a compreensão do estrangeiro, mas uma projeção do “romano” sobre o outro.

Se Heródoto constituiu um espelho transparente que refletia a cultura dos bárbaros pela inversão das práticas culturais dos gregos, Lívio, ao contrário, constituiu um espelho fosco, relatando muitas vezes o passado dos demais povos sem procurar conhecê-los em sua riqueza, mediante a demonstração de cenas, eventos e aspectos político-culturais romanos.

O historiador paduano descreveu os outros povos de acordo com aquilo que considerava ser comum a todas as comunidades de sua época. Nas linhas escritas dos 35 livros de que dispomos de sua narrativa, de um total de 142 livros originais, percebemos traços marcantes dessa projeção, um movimento ainda mais nítido no conjunto dos livros 21 a 30 que relatam a invasão do comandante cartaginês, Aníbal à Itália.

Chama atenção o tratamento dado por Lívio as disputas político-civis no interior das cidades italianas que se envolveram diretamente na Segunda Guerra Púnica ocorrida entre os anos de 218-202 a.C., fossem tais comunidades aliadas ou não dos romanos. Mais de uma vez na narrativa, Lívio enuncia ser comum o surgimento de conflitos político-civis nessas respectivas localidades, seus senados se colocando ao lado dos romanos, pela manutenção dos antigos tratados diplomáticos, suas respectivas plebes, posicionadas a favor dos cartagineses invasores. Vejamos um exemplo dessa projeção:

Em Crotona não existia nem projetos comuns a todos os habitantes, nem mesmo vontade comum: o que unia todas as cidades da Itália por um mesmo mal, que fazia a plebe afastar-se dos nobres e vice versa, os respectivos senados favoráveis aos romanos, o povo, por sua vez, pendendo para o lado dos cartagineses (TITO LÍVIO *Ab Urb Condita*, Livro 24, Cap. 2).

Não havia por parte de Lívio uma preocupação específica com as características dos regimes políticos dessas localidades, deixando subtendido que em todas haveria magistraturas semelhantes às romanas, um senado e algumas assembléias do povo, tal como no regime político republicano da *Urbs*. Nos dois exemplos que se seguem, observamos a mesma construção direcionada a cidade de Cartago, no caso em questão, mediante discussões ocorridas no conselho dos nobres da cidade inimiga após a esmagadora vitória dos exércitos de Aníbal em Canas. Vejamos o excerto:

Enquanto a guerra se passava em Roma e na Itália, um mensageiro da vitória de Canas havia chegado à Cartago: era Magão, filho de Amílcar, enviado pelo irmão, Aníbal após o desfecho da batalha a fim de receber a submissão das cidades do Brútio e outras que abandonavam os romanos. Admitido em uma sessão do senado púnico, ele expôs os empreendimentos do irmão na Itália [...] (TITO LÍVIO, *Ab Urb Condita*, Livro 23, Cap. 11).

A idéia principal de seu discurso foi que, quanto mais próximo Aníbal estava da vitória final, mais ele precisava de ajuda de todas as formas em terras hostis. [...] Cumpria, pois enviar-lhe reforços e dinheiro para comprar trigo e pagar os soldos a fim de alimentar e contentar os guerreiros que tanto tinham merecido o nome de cartagineses (TITO LÍVIO, *Ab Urb Condita*, Livro 23, Cap. 12).

Ao invés de explicar como seria o regime político dos púnicos, suas características ou especificidades, Lívio projetara prerrogativas análogas às encontradas nas instituições do regime político romano, o que parecia ser comum a todas as comunidades do Mediterrâneo. Seguido ao pedido do irmão de Aníbal na cúria do senado cartaginês, o paduano destacou as discussões ocorridas entre seus integrantes, fossem eles contrários ou não a manutenção das hostilidades. Novamente o autor:

Assim, a maioria dos senadores decidiu por um decreto senatorial (*senatus consultum*) enviar a Aníbal, como reforço, quatro mil númidas, quarenta elefantes e mil talentos de moedas. E um ditador partiu imediatamente para a Espanha com Magão a fim de recrutar vinte mil infantes e quatro mil cavaleiros mercenários, destinados a completar as armas na Província e na Itália. (TITO LÍVIO, *Ab Urb Condita*, Livro 23, Cap. 13).

Temos, portanto, exemplos vinculados às atribuições tradicionais das instituições romanas, principalmente o senado republicano, projetadas nas prerrogativas do conselho dos nobres de Cartago: a execução da política de guerra, a distribuição das provisões para as tropas e o recrutamento de novos soldados - sem falar na nomeação de um ditador, magistratura excepcional romana. Podemos depreender dos enunciados que Lívio representou as instituições púnicas segundo sua própria historicidade, aquilo que em sua opinião caberia as instituições romanas tradicionais, expressando novamente a constituição de uma escrita histórica como um monumento de contemplação direcionada aos próprios cidadãos da *Urbs*, a exaltação de elementos político-culturais comuns aos integrantes de Roma, no intuito de conquistar a atenção dos mesmos.

Cabe notar que as crises internas ocorridas nas cidades italianas, representadas nos enunciados da obra, assemelham-se, por um lado aos conflitos políticos entre patrícios e plebeus ocorridos em Roma nos séculos IV e III a.C, além de se aproximarem das guerras civis do século I a.C que precederam a instituição do Principado. Segundo Briscoe (1971, p. 9), Lívio, tal como os demais escritores de *Anais* de sua época teria efetuado uma justaposição entre presente e passado devido às “disputas políticas entre *optimates* e populares ao longo do último século da República, situações essas aparentemente semelhantes aos eventos ocorridos três séculos antes”.

Em razão dessa justaposição, Lívio procurou retratar aquilo que considerava serem os típicos valores romanos do passado, integrando-se, mesmo que indiretamente, aos apelos de moralização empreendidos por Otávio Augusto após a batalha de Ácio (Cf. GALINKY, 1996, pp. 282-283). Como bem acentuado por Juliana Bastos Marques (2008, p. 52), Lívio esboçou a defesa radical de uma moralidade baseada no ascetismo e na frugalidade (*frugalitas*), na nobre pobreza (*paupertatis*), na contenção individual (*parsimonia*), na devoção filial para com os deuses pátrios (*pietas*) e na rusticidade quase incorrupta dos antigos varões da *Urbs*.

Apesar de não ter sido o primeiro nem o único autor da Roma antiga a demarcar as possíveis causas da decadência dos costumes ancestrais que levaram as crises civis do período tardo-republicano, dividindo espaço com Cícero e Salústio e suas concepções de *inclinata res publica* (MAZZARINO, 1991, p. 25), Lívio acentuou como poucos os riscos da valorização das riquezas materiais empreendida pelo povo e pela aristocracia da capital, a ênfase desmedida dada à luxúria, causadora da avareza (*avaritio*), considerada responsável pelas discórdias civis na cidade.

A partir desse ponto de vista moralizante, Lívio esboçou outra construção do estrangeiro, observando-o também como um exemplo negativo a ser evitado pelos romanos. Segundo as concepções livianas, a ganância pelo luxo no século I a.C. relacionava-se a influência negativa das condutas dos outros povos sobre os cidadãos da *Urbs*, levando-os à decadência moral. Por intermédio de tal perspectiva, Lívio datou a origem desse processo no ano 188 a.C., quando um comandante romano chamado Cneu Manlio Vulsão triunfou sobre algumas tribos gaulesas situadas na Ásia Menor, deixando que a riqueza do oriente penetrasse em Roma. Novamente o autor:

[...] Com efeito, o luxo estrangeiro penetrou em Roma na esteira do exército da Ásia: foi ele quem introduziu na cidade os leitos adornados de bronze, os tapetes preciosos, os véus e tecidos delicados, as mesas de refeição e todas as peças do mobiliário consideradas elegantes [...]. Tudo isso era apenas a semente da futura luxúria que estava por vir (TITO LÍVIO, *Ab Urb Condita*. Livro 39, Cap. 6).

Diferentemente de Salústio que atribuiu à origem das crises civis tardo-republicanas a destruição de Cartago de 146 a.C. e a falta de inimigos externos que pudessem unir todas as forças no interior de Roma, o chamado *metus hostilis* (medo do inimigo), Lívio enfatizou a luxúria e a ganância dos romanos como causas principais das crises civis republicanas, fruto dos estreitos contados dos romanos com outros povos, aparentemente responsáveis por levar ao abandono da rusticidade dos tempos antigos e principalmente, por minar a devoção filial dos cidadãos para com seus deuses pátrios (WALSH, 1958; MILES, 1986).

A esse propósito, Feldherr (1998, p 41) explica que Lívio acentuou no prefácio da obra o desejo dos leitores pelas novidades dos tempos presentes, não pensando somente no conhecimento dos fatos do passado mais recente em detrimento do passado remoto, mas também o desejo crescente pelas riquezas advindas do exterior. Tal fascínio, na percepção de Lívio seria um empecilho para a recepção de sua obra, levando-o a enfatizar a importância das tradições ancestrais romanas, uma forma de demonstrar aquilo que distinguira os antigos cidadãos da *Urbs* dos demais povos conhecidos: suas virtudes cívicas e sua retidão moral diante do luxo e da avareza (Cf. MILES, 1997, p. 77).

O estrangeiro fora assim representado de duas formas na narrativa liviana: ora ofuscado em sua riqueza e diversidade político-cultural, numa projeção das características do regime político da *Urbs*; ora considerado um exemplo negativo a ser evitado pelos Concidadãos de Lívio. As preocupações do paduano relacionavam-se, portanto com seu próprio contexto histórico de crises civis e consolidação do Principado, sua obra, um monumento de contemplação direcionado aos romanos. Tratava-se, portanto da história de uma cidade que se tornara um Império e conquistara o mundo conhecido. A narrativa de um historiador despreocupado com qualquer descrição detalhada e mais aprofundada dos povos da Etrúria, das Gálias, da Macedônia ou mesmo de Cartago, apesar de os mesmos aparecerem em seu relato.

As representações de Tito Lívio sobre o estrangeiro se distinguem, portanto do tratamento dado por Heródoto aos bárbaros. O historiador paduano não procurou realizar um esboço etnográfico, explicar quais eram as características político-culturais dos povos que entraram em contato com os romanos ao longo do tempo. Lívio, quando não projetou os romanos no outro, conferiu uma coloração negativa aos seus costumes e a sua moral, no último caso, uma forma de ofertar exemplos negativos de conduta aos leitores, no intuito de ensiná-los moralmente. A construção do outro na *Ab Urb Condita* foi realizada segundo os juízos de valor de seu autor, mediadas pelas demandas contemporâneas de sua sociedade, a demarcação de uma verossimilhança valorativa do passado e do estrangeiro, segundo os anseios, as expectativas e as crenças difundidas em sua própria época histórica.

REFERÊNCIAS

1. Documentação Textual

LIVY. *History of Rome*. 14 vols. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1970. (The Loeb Classical Library).

TITE-LIVE. *Histoire Romaine. Ab Urb Condita Libri*. Paris: Les Belles Lettres, 1947-1998.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Tradução de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1990.

2. Historiografia

ANTIQUERA, Moisés. *Moderatio tuendae libertatis: moderação, exempla e poder na história de Tito Lívio (livro III)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BADIAN, E. "The Early Historians." In T. A. Dorey, ed., *Latin Historians*. New York, 1966, p. 1-38.

BRISCOE, J. The First Decade. In: DOREY, T. A. (ed.). *Livy*. London/Toronto: Routledge & Kegan Paul/University of Toronto Press, 1971, p. 1-20.

CUTRO, Lúcia. Crenças e práticas religiosas referentes à guerra em Tito Lívio. – VI-X. 2001. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. "Livy and Augustus." In: SCHULLER. Konstanz. *Livius: Aspekte seines Werkes*. 1993, p. 9-38.

DUCOS, Michele. "Lês passions, lês hommes et l'histoire dans l'oeuvre de Tite Live". In: GRIMAL, Pierre. (org.). *Revue des Études Latines*. Paris: Les Belles Lettres, 1987.

FELDHERR, Andrew. Livy's revolution: civic identity and the creation of the *res publica*. In: HABINEK, Thomas; SCHIESARO, Alessandro. (eds.). *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 136-157.

FUNARI, Pedro Paulo. *Antiguidade Clássica: a história a partir dos documentos*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

GAGNEBIN, Jeane Marie. "Verdade e memória do passado". *Projeto História – trabalhos da memória*. São Paulo: PUC, n.º 17. Novembro/1998.

_____. "O Início da história e as lágrimas de Tucídides". *Margem*, n.º 1, mar. 1992.

GALINSKY, Karl. *Augustan Culture. An Interpretive Introduction*. Princeton, 1996.

HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. *Lê Miroir d'Hérodote; essai sur la représentation de l'outre*. Paris: Gallimard, 2001.

JAEGER, Mary. *Livy's Written Rome*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

MARQUES, Juliana Bastos. "Rômulo, Camilo e Augusto: A Roma renovada de Tito Lívio". In: LESSA, Fábio Souza; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha (orgs). *Memória e festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

_____. *Tradição e renovação da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. 2008. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento

de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAZZARINO, Santo. *O Fim do Mundo Antigo*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MILES, Gary. “The Cycle of Roman History in Livy’s First Pentad”. *American Philological Association*. Vol. 107, Nº. 1, p.01-33, 1986.

_____. *Livy: Reconstructing Early Rome*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1997.

MOLES, John. Livy’s Preface. *PCPhS*. Nº 39, 141-168, 1993.

_____. Anathema kai ktema: the inscriptional inheritance of ancient historiography. *Histos* 3, 1999. <<http://www.dur.ac.uk/Classics/histos/1999/moles.html>>

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna* Fondo de cultura economica (EUA), 1998.

RAAFLAUB, K. A. “The conflict of the orders in Archaic Rome: a comprehensive and a comparative approach”. In: RAAFLAUB, K. A. (ed.). *Social struggles in archaic Rome: new perspectives in the conflict of the orders*. 2nd. Ed. Oxford: Blackwell, 2005, p. 1-46.

SEBASTIANI, Breno Battistin. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. “A política como objeto de estudo: Tito Lívio e o pensamento historiográfico do século I a.C.”. In: *História e retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Alameda, 2007.

VASALY, A. Personality and Power: Livy's Depiction of the Appii Claudii in the First Pentad. *Transactions of the American Philological Association*, vol. 117, p. 203-226, 1997.

WALSH, P. G. “Livy and Stoicism”. *American Philological Association*, Vol. 79, Nº.4, p. 355-375, 1958.

WOODMAN, A.J. *Rhetoric in Classical Historiography*. Portland: Areopagitica Press, 1988.